



Índice

- 01 MPF/RJ: Justiça garante direito de comunidade quilombola à posse de terra no Sul Fluminense
- 02 Declaração de guerra aos povos indígenas do Brasil
- 03 Índios e professores ocupam Secretaria da Educação em Pato Branco (PR)
- 04 MT: Índios saem sob pressão
- 05 Cerca de 6 mil indígenas iniciam ano letivo nas escolas do Tocantins
- 06 Em tempo real: indígenas ligados ao CIR rejeitam qualquer tipo de acordo. Eles querem a expulsão dos não índios de Pacaraima
- 07 Indígena Isa Tapuia pode ser nova Presidente da Funai
- 08 Kayapó vem a Brasília exigir seus direitos
- 09 Inscrições para Bolsa Indígena da Católica podem ser feitas a partir de hoje
- 10 Aposentadoria rural é concedida a indígena no Ceará
- 11 Índios Tupinikim e Guarani podem perder terras já homologadas em Aracruz
- 12 Organizações indígenas inadimplentes vão receber apoio da Seind para se regularizar
- 13 Jogos Mundiais Indígenas em Palmas são destaque na BBC de Londres
- 14 Prefeitura de Dourados pode ser denunciada à Unesco por discriminação a alunos indígenas



- 15** Justiça Federal arquiva ação da Famasul contra procurador do MPF
- 16** Donativos são entregues à comunidade indígena
- 17** Câmara - Perdão de dívidas e participação de comunidades tradicionais são polêmicas
- 18** Aldeia indígena recebe médico cubano do Programa Mais Médicos e pela primeira vez tem atendimento exclusivo e em tempo integral
- 19** UNE hostiliza um dos mais importantes líderes quilombolas do Brasil, na 9ª Bienal.
- 20** Vice-governador de RR considera 'circo' audiência sobre terra indígena
- 21** Curso de Extensão sobre a questão indígena será realizado
- 22** Nova Laranjeiras - Professores da aldeia indígena Rio das Cobras não conseguem fazer a redistribuição de aulas
- 23** Jogos Mundiais Indígenas e Festival Gastronômico são discutidos durante encontros em Brasília
- 24** Julgamento de índios que mataram policiais de Dourados será em SP
- 25** Alistamento eleitoral: Índios não precisam mais de alistamento militar para terem direito ao voto
- 26** Indigenistas querem limpeza étnica em Roraima
- 27** Justiça arquiva ação em que a Famasul acusa procurador da república de abuso
- 28** Após 5 anos foragido, índio suspeito de homicídio é preso no interior do AC



MPF/RJ: Justiça garante direito de comunidade quilombola à posse de terra no Sul Fluminense

SÍTIO CEDEFES, 05.02.2015

Área de mais de 24 hectares está em processo de regularização fundiária e era motivo de disputa judicial em Rio Claro (RJ)

A 1ª Vara de Volta Redonda (RJ) julgou improcedente a ação de particulares que requeriam propriedade na área da comunidade quilombola do Alto da Serra, localizada no Distrito Lídice, no município de Rio Claro (RJ). A terra tem pouco mais de 24 hectares e está em processo de regularização fundiária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A ação judicial pedia a demarcação e a divisão da terra em quinhões para serem distribuídos entre os que se declaravam proprietários. Os autores do processo apontaram como interessado Benedito Bernardo Leite, antigo morador da área, tratado na ação como caseiro, mas não sabiam que ele é remanescente e líder da comunidade quilombola Alto da Serra. Benedito disse que detém a posse pacífica do local há décadas. Além do autorreconhecimento pela comunidade, certificado pela Fundação Palmares, a extensão da área foi confirmada por meio de estudos e análises feitas pelo Incra ao longo dos anos.

A decisão da Justiça Federal se deu a partir dos documentos acumulados pelo Incra e teve como base também a manifestação do Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda. Para o MPF, a disputa não deveria ser tratada como um conflito entre particulares, e o direito da comunidade quilombola deveria ser assegurado de forma imediata, deixando a discussão de direitos de indenização para eventual ação de desapropriação a ser ajuizada pelo Incra.

O procurador da República Julio José Araujo Junior, responsável pela manifestação do MPF, ressaltou que o direito da comunidade ao território que tradicionalmente ocupa deve ser reconhecido independentemente da conclusão da regularização fundiária ou do processo de desapropriação pelo INCRA, tendo em vista a previsão contida no art. 68 do Ato de Disposições Transitórias da Constituição e a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, internalizada pelo Brasil. "Os particulares não podem, como tentaram fazer no caso, omitir esta informação relevante e tratar o caso como se fosse uma mera disputa privada por terras", disse o procurador.

Fonte: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro



Declaração de guerra aos povos indígenas do Brasil

SÍTIO CIMI, 05.02.2015

"Quando estão desarquivando a PEC 215 estão declarando guerra aos povos indígenas do Brasil. Vamos mostrar que estamos prontos para a guerra". Essa declaração feita por um dos caciques Kayapó na audiência com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, calou fundo no coração e sentimentos de todos os que estavam sentados na sala da Presidência. Tudo que acontecer daqui pra frente, não o será por falta de aviso.

Acabar com a PEC 215

"Acabar com a PEC 215, é isso que estamos pedindo. Cada vez mais o governo está sendo inimigo dos povos indígenas". Disse em alto e bom tom, na língua Kayapó, um dos cinco caciques participantes da audiência. E arrematou: "Estão querendo acabar com a gente. Mas isso não vamos deixar". O recado foi claro e contundente: em 2015 nada de PEC 215.

Um batalhão de representantes da imprensa apenas pôde registrar o cenário por breves segundos. Eduardo Cunha, que depois tentou explicar sua posição, não poderá dizer que não foi avisado. Caso houver insistência na aprovação do projeto de emenda constitucional, "semanalmente estarão delegações dos índios de todo o país para impedir que isso aconteça", afirmou outro cacique. Esta afirmação foi endossada por parlamentares presentes, como Sarney Filho que afirmou que "a correlação de forças é injusta. Caso houver insistência na aprovação dessa PEC, que não deveria existir, semanalmente teremos delegações indígenas aqui para chamar atenção para essa fratura exposta".

O cacique Mekren, verberou com gestos incisivos: "Peço, por favor, acabar com esse projeto que vocês estão desengavetando. Peço para acabar com isso". Outro cacique complementou: "Não é nós que estamos caçando briga com vocês. É vocês que estão caçando briga com nós. Deveria ter o mínimo respeito com nós, porque você fez acordo com os ruralistas...".

O deputado Chico Alencar lembrou que os índios estão fazendo a leitura de que a Constituição foi como um contrato histórico que querem quebrar com essa PEC. "Eles não aceitam esse ataque. Aliás, essa PEC não deveria existir. Nós estamos declarando guerra a eles. Vamos evitar o genocídio".

Disse que não fez

Em pouco mais de 20 minutos os Kayapó não deixaram dúvidas quanto à sua disposição de continuar lutando contra a referida PEC. No terceiro dia de trabalho da nova legislatura, os índios deram seu recado. O novo presidente da Câmara, que no último dia de janeiro se filiou à frente ruralista, tentou explicar sua posição enquanto presidente da Câmara. "Não tenho condições de barrar essa PEC e a formação de uma nova Comissão. É uma questão regimental. É só algum deputado pedir o desarquivamento e ela passará a tramitar conforme determina o regimento interno da Casa". Em tom de desabafo: "Não fui eu que fiz essa PEC, que criou a

CONT.



Comissão. Só cumpro o regimento. Não tenho poder de acabar com essa PEC, não tenho competência para não desarquivá-la". Afirmou ainda que não fez acordo com os ruralistas.

Dessa forma disfarçou o fato de que o desarquivamento já havia sido solicitado dia 3 deste mês. Os parlamentares solidários com a causa e direitos indígenas insistiram com o presidente da Câmara para que o tema seja melhor discutido com a sociedade e que não haja açodamento nos encaminhamentos dessa PEC, que se façam encontros com os ruralistas no sentido de encontrar alternativas, como a indenização dos títulos de propriedades de boa fé. Outro parlamentar ressaltou que está se fazendo uma espécie de terrorismo entre os ruralistas afirmando estar se criando terras indígenas aleatoriamente. O que não é verdade. Esse risco não existe.

No final, Eduardo Cunha concluiu dizendo se empenhar para a construção de diálogos e consensos. E deixou seu recado: "Vocês devem fazer isso civilizadamente".

Lutas heroicas dos Kayapó pelos direitos indígenas

Lembro do momento histórico em que os Kayapó pediram que o Cimi os ajudasse apenas com hospedagem, que eles viriam a Brasília para se unir aos demais povos indígenas na luta pelos direitos na Constituinte. Foram momentos inesquecíveis em que não houve guardas que os barrassem para exigir os direitos em qualquer espaço do Congresso. Isso nos idos tempos de 1987 e 1988. Passados mais de 25 anos e aqui estão eles novamente. Desta vez, quando se imaginava que os direitos estivessem sendo respeitados e colocados em prática, eles retornam ao cenário da luta, para evitar que haja retrocesso ou mesmo perda de direitos constitucionais.

É lamentável que o Brasil, após aprovar uma das constituições mais avançadas à época, com relação aos direitos indígenas, em especial, se encontre na deplorável situação de querer excluir ao invés de cumprir esses direitos.

Como no início do século XIX, na interpretação dos povos indígenas, está em curso nova declaração de guerra aos povos indígenas do Brasil.

Índios e professores ocupam Secretaria da Educação em Pato Branco (PR)

SÍTIO BLOG DO ESMAEL, 05.02.2015



Professores se uniram na tarde desta quinta (5) à ocupação do Núcleo Regional de Educação da SEED em Pato Branco.

Dezenas de índios da região de Pato Branco, Sudoeste do Paraná, ocuparam no início desta tarde (5) o Núcleo Regional de Educação (NRE) — órgão vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SEED) — para protestar contra dispensa de professores PPS na aldeia Nitótu. O cacique Miguel Alves, da Escola Estadual Indígena Nitótu, reivindica o pagamento dos PSSs, manutenção de projetos sala de apoio, sala de recursos.

Segundo informações preliminares, o governo Beto Richa (PSDB) retirou o projeto da cultura indígena da aldeia. Além disso, os índios também exigem a construção da nova escola prometida na campanha.

Os manifestantes indígenas convidaram os professores a se juntarem a eles no período desta tarde. No local ocupado, cada vez mais pessoas chegam para se solidarizar com o protesto.

Ontem à noite, educadores da região de Pato Branco aprovaram proposta de greve geral que será levada à assembleia geral da categoria neste sábado, dia 7, em Guarapuava.



MT: Índios saem sob pressão
SÍTIO AMAZÔNIA, 05.02.2015

Força Nacional de Segurança foi acionada e indígenas foram obrigados a desbloquear a rodovia na manhã de ontem

A Força Nacional de Segurança foi acionada e os indígenas que bloqueavam a BR-163, próximo a Itaúba (599 km ao norte de Cuiabá), desde a última sexta-feira (30), foram obrigados a liberar a rodovia, na manhã desta quarta-feira (4).

Os indígenas, das etnias Terena e Maben-Grokê, interditaram a rodovia em protesto contra a falta de medicamentos e estrutura para saúde das comunidades da região. Eles também reivindicavam o afastamento da coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), de Colíder (648 km ao norte de Cuiabá), Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmiento.

Na noite da última terça-feira (3), representantes do "Instituto Raoni", acompanhado dos Caciques Rondon e Sireno se reuniram com o a Sesai para debater a pauta das reivindicações. Os indígenas e o Governo Federal chegaram a um acordo em praticamente todos os pontos, exceto a exoneração da servidora. Por conta disso, os indígenas resolveram manter o bloqueio até que fosse redigido um termo o compromisso de exoneração da servidora.

Conforme a assessoria da Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso (PRF-MT), a solicitação foi sumariamente negada pelo governo federal e como não houve um acordo formal, após seis dias de manifestação e negociações, o Ministério da Justiça autorizou o uso da Força Nacional de Segurança para a liberação da via.

Na manhã desta quarta-feira, a Força Nacional se deslocou até o ponto de bloqueio, localizado no Km 943 da BR-163. Apesar de estarem armados com arcos e flechas, os indígenas não resistiram e a liberação foi realizado de maneira pacífica. Contudo o grupo insistiu em permanecer no entorno da rodovia aguardando nova posição do Governo Federal. Os indígenas ainda ocupam o prédio da Sesai em Colíder.

Segundo a assessoria, a Força Nacional permaneceu no local até que o trânsito fosse regularizado. Em seguida, o grupo retornou para Sinop (482 km ao norte de Cuiabá), porém ficará em estado de alerta caso a rodovia seja novamente bloqueada.

Durante a paralisação, o engarrafamento na região ultrapassou 20 quilômetros de extensão nos dois lados da via. A PRF chegou a pedir que motoristas retornassem e utilizassem de rotas alternativas, porém em poucos dias uma ponte das vias vicinais quebrou por conta do alto fluxo de veículos e a rota alternativa foi interditada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

REIVINDICAÇÕES – conforme os manifestantes, o Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (Dsei) da região atende 39 tribos, o que representaria por volta de 2 mil pessoas, porém não há medicamentos para todos. A situação teria ficado ainda pior após a coordenadora ter assumido o Dsei. Segundo as lideranças indígenas, somente na última semana, duas pessoas teriam morrido nas aldeias, por falta de medicamentos.

O grupo também pediu combustível para alimentar os barcos, carros e um avião que fazem o transporte de pacientes das comunidades para centros especializados de saúde.

Por: Gustavo Nascimento

Fonte: Diário de Cuiabá



Cerca de 6 mil indígenas iniciam ano letivo nas escolas do Tocantins

SÍTIO GLOBO.COM, 05.02.2015

*Segundo Seduc, povos indígenas são atendidas em 92 escolas.
Grade curricular é diferenciada voltada para a cultura indígena.*



No Tocantins existem 92 escolas voltadas para indígenas
(Foto: Elias Oliveria/Seduc)

Assim como nas escolas com ensino regular, os alunos de escolas indígenas também iniciaram o ano letivo no Tocantins. Segundo informações da Diretoria de Educação Indígena e Diversidade, setor da secretaria de Educação (Seduc) voltado para a educação indígena, no Tocantins os povos indígenas são atendidas em 92 escolas e a previsão é que neste ano estudem cerca de 6 mil alunos.

Os alunos da escola indígena Sakruwê, na Aldeia Funil, localizada a 25 km de Tocantínia, foi uma das escolas que participaram pela primeira vez de uma aula inaugural que marca o início do ano letivo. A solenidade também contou com apresentações culturais realizadas por crianças e jovens indígenas na escola que fica dentro da aldeia.

Ainda conforme a diretoria de Educação Indígena e Diversidade, a grade curricular das escolas indígenas é voltada para a cultura de cada tribo o que diferencia do ensino regular. A carga horária e as disciplinas são diferentes voltadas para cada tribo, como o ensino da língua materna.

A diretoria também explica que neste momento a maior parte dos professores que atendem as escolas voltadas para a educação indígena é feita por professores que também são índios que comandam as disciplinas específicas da cultura de cada

Turmas do ensino de jovens e adultos

O secretário da Educação Adão Francisco anunciou que as propostas é que para ainda este ano sejam abertas turmas do ensino de jovens e adultos (EJA) para indígenas, contudo não especificou quando isto acontecerá.



Em tempo real: indígenas ligados ao CIR rejeitam qualquer tipo de acordo. Eles querem a expulsão dos não índios de Pacaraima

SÍTIO BLOG DO JORNALISTA LUIZ VALÉRIO, 05.02.2015

E a audiência pública que dispute o futuro de Pacaraima e da sua população continua. Até agora, nada de manifestação. Nenhuma. Segundo os relatos que estou colhendo, a maioria dos indígenas que tem falado até agora não quer saber de acordo. O que eles querem é a retirada definitiva dos moradores de Pacaraima de onde estão.

Querem que a Terra Indígena São Marcos fique livre da presença de não índios, como já aconteceu com a Raposa Serra do Sol. Como já antecipado em postagem anterior, essa foi a posição defendida pelo presidente do Conselho Indígena de Roraima, Mário Nicácio. "O representantes do CIR dizem que somos invasores", lamenta meu contato lá em Pacaraima.

"Luiz, a situação não está nada favorável aos moradores da sede de Pacaraima. Pelas falas até agora, a intenção é a extinção de Pacaraima. A juíza afirmou que os processos vão continuar", relata uma moradora da cidade.

Indígena Isa Tapuia pode ser nova Presidente da Funai
SÍTIO LÍNGUA FERINA, 05.02.2015



Majahua Tapuia

A luta pelos direitos indígenas exige desafios cada vez maiores, passei 49 anos me preparando na cultura Tapuia, nos ensinamentos espirituais do Tauari e do Camalampi e na universalidade do mundo indígena. Viajei e conheci realidades dos indígenas do Brasil, do Pará, do Oeste do Pará e também dos parentes da América Latina, Estados Unidos, da Europa. Me formei nos saberes indígenas e nas ciências ocidentais. Hoje posso afirmar, estou preparada para enfrentar com a tranquilidade de uma Maccapé e a garra de um Dsomaji este desafio, assumir a Presidência da instituição que deve articular a garantia dos Direitos Indígenas, a FUNAI. Brasília, ninguém sabe quem sou, por vezes, me sinto admirada, outra como ameaça, enfrente esses sentimentos Sorrindo, mas, você que me acompanha por este meio e por outros conhece a seriedade com que trato a questão indígena. Não tenha receio, já me garanto sozinha, mas, com o seu apoio e ajuda de cada um poderemos cumprir com tranquilidade essa tarefa e esse compromisso. Senador Telmário Mota vai apresentar ao Ministro das relações institucionais, meu Nome para a Presidência da FUNAI. O Senador me convidou e me encorajou a assumir tamanha responsabilidade, caso, é claro se o Planalto aceitar sua sugestão. Quem quiser se manifestar e apoiar a iniciativa do Senador, pode enviar email para a chefe de gabinete do Senador, Sra. Selma Siqueira, selmasiqueira7777@gmail.com. Na foto, Senador Telmário Mota, eu e o Secretário de Agricultura Hiperion de Oliveira do Estado de Roraima

Majahua "Isa" Tapuia pode se tornar a primeira indígena a assumir a Fundação Nacional do Índio – Funai. A informação circulou nesta quinta-feira, 05 de fevereiro, a partir de postagem da própria indígena, que é de Santarém e possui formação acadêmica em Antropologia pela Universidade Federal do Pará e Especialização em Povos Indígenas, Direitos Humanos e Cooperação Internacional pela Universidad Carlos III, em Madrid, Espanha. Seu trabalho acadêmico "Los Derechos de Los Púeblos Indígenas Em El Sistema Interamericano de Derechos Humanos" ganhou menção honrosa e recomendação para publicação em livro.

A indicação teria partido do Senador Telmário Mota que é do PDT de Roraima, eleito em 2014. Mota apresentará o nome de Isa Tapuia ao Ministro das Relações Institucionais, Pepe Vargas (PT).

"Hoje posso afirmar, estou preparada para enfrentar com a tranquilidade de uma Maccapé e a garra de um Dsomaji este desafio, assumir a Presidência da instituição que deve articular a garantia dos Direitos Indígenas, a FUNAI. Brasília, ninguém sabe quem sou, por vezes, me sinto admirada, outra como ameaça, enfrente esses sentimentos Sorrindo, mas, você que me acompanha por este meio e por outros conhece a seriedade com que trato a questão indígena. Não tenha receio, já me garanto sozinha, mas, com o seu apoio e ajuda de cada um poderemos cumprir com tranquilidade essa tarefa e esse compromisso", afirmou Isa em seu perfil no Facebook.

A Funai encontra-se sem presidência desde o afastamento Maria Augusta Assirati do cargo após ocupa-lo na condição de interinidade por 1 ano e 4 meses. Em recente entrevista, Assirati acusou o governo de esvaziar e paralisar o trabalho da Funai e uma manobra para licenciar a usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós e declarou ter vivido com "grande descontentamento e constrangimento" enquanto esteve à frente do órgão.

A Funai foi criada em 1967, durante o regime militar. Nos seus 47 anos, o órgão nunca foi dirigido diretamente por nenhuma indígena.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

Kayapó vem a Brasília exigir seus direitos

SÍTIO DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS SUL-SUR, 05.02.2015

Amigos(as)

Mal começa uma nova legislatura e sobe logo a temperatura. Havia uma suspeita no ar de que ontem mesmo o presidente da Câmara Eduardo Cunha estaria criando uma nova Comissão para os encaminhamentos da PEC 215. Enquanto isso os rumores de que índios Kayapó estariam esperando uma audiência com o presidente desta casa, para saber como iria proceder e como iria garantir os direitos indígenas, foi o suficiente para alvoroçar os espaços do poder.

Tudo transcorreu sem tumultos enquanto os corredores estavam empilhados de moveis antigos, com muito barulho para a chegada dos novos.

Daqui há pouco os Kayapó terão um encontro com o Presidente da Câmara. Irão entregar dois documentos, sendo um deles a carta do movimento indígena aos candidatos à presidência da Câmara. A sensação que ficou foi de que continua a velha mentalidade colonialista e repressiva de que os índios são questão de segurança e que os índios não são autônomos para se organizar e lutar por seus direitos.

Abraços
Egon



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

Inscrições para Bolsa Indígena da Católica podem ser feitas a partir de hoje

SÍTIO UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, 05.02.2015

Acadêmicos indígenas da Universidade Católica Dom Bosco podem concorrer a bolsas de estudo. As inscrições podem ser feitas de hoje (5) até 25 de fevereiro, no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (Neppi).

A bolsa é integral e a documentação exigida pode ser conferida no link. O Neppi está localizado no prédio da Biblioteca Pe. Félix Zavattaro e funciona das 8h às 16h e das 17h30 às 20h.

Mais informações pelo telefone (67) 3312-3590.

Fonte: Ass. Imprensa UCDB



Aposentadoria rural é concedida a indígena no Ceará

SÍTIO NOTÍCIAS JUS BRASIL, 05.02.2015

A indígena M.J.S. conseguiu o direito ao benefício da aposentadoria por idade rural após atuação da Defensoria Pública da União (DPU) no Ceará. A agricultora já havia tentado obter o benefício judicialmente, por meio de um advogado particular, mas teve seu pleito negado.

A ação anterior havia transitado em julgado, quando a DPU, por intermédio de trabalho do sociólogo da unidade, Daniel de Oliveira, conseguiu produzir novas provas e reabrir o caso, entrando com nova ação. A decisão do juiz Leonardo Resende Martins, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a conceder o benefício, foi proferida no final de janeiro.

“Quando a pessoa tem uma sentença desfavorável no histórico, isso dificulta outras ações futuras no mesmo caso. Quando ela nos procurou, a única alternativa que nós vimos foi no sentido de tentar buscar novas provas. E, para isso, o parecer sociológico foi imprescindível”, comenta o defensor responsável pelo caso, Eduardo Negreiros.

De acordo com a fundamentação do juiz, que citou diretamente o parecer sociológico, a participação da Defensoria foi crucial para a sentença positiva.

“O relatório foi bem instruído com fotos que revelam o cotidiano da autora na agricultura de subsistência. Existindo, assim, vários documentos que demonstram um bom início de prova material a corroborar a prova testemunhal produzida, a autora se encontra protegida pela lei de benefícios da previdência social”, menciona.

M.J.S. é da etnia Pitaguary e vive na aldeia Santo Antônio, na região metropolitana de Fortaleza.

Como a DPU atua

Escassez de provas, dificuldades em comprovar a validade de documentos ou a atividade rural, assim como explicar como funciona as formas de plantio e colheita nas entrevistas junto ao INSS e nas audiências judiciais são algumas das dificuldades mais comuns que os segurados indígenas encontram ao solicitarem um benefício previdenciário.

De acordo com o sociólogo Daniel de Oliveira, o trabalho da DPU é justamente mediar esse contato e produzir novas provas. O parecer sociológico é um dos instrumentos para isso. Segundo Daniel, o documento é uma interpretação da condição de segurado especial indígena, que tem como objetivo comprovar o contexto do assistido com dados históricos e socioculturais. O documento é produzido a partir de entrevistas, registro de fotos ou análise escrita.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

“Nós costumamos visitar o local de trabalho dos indígenas e procuramos nos informar sobre os termos que eles utilizam na agricultura, qual a forma que medem a terra, tempo de cultivo e colheita do feijão, milho, mandioca ou macaxeira, por exemplo. Eles utilizam termos diferentes dos que são perguntados na entrevista realizada no INSS e na Justiça”, explica.

Assessoria de Comunicação Social

Defensoria Pública da União



Índios Tupinikim e Guarani podem perder terras já homologadas em Aracruz
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 05.02.2015

Bancada ruralista na Câmara dos Deputados consegue desarquivar PEC 215, que ameaça também os quilombolas

A bancada ruralista já conta com o apoio do novo presidente da Câmara dos Deputados para desarquivar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215), requerida nessa terça-feira (4). Segundo Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ele é obrigado pelo regimento da Casa a acatar o requerimento automaticamente. Aprovada, transfere para o Poder Legislativo o poder de demarcar as terras indígenas e quilombolas.

A bancada ruralista quer aprovar projetos que suspendam e restrinjam vários direitos indígenas. No caso da PEC 215, depois de o projeto ser desarquivado, será necessário recriar a comissão especial que vai analisá-la e assegurar sua transformação.

Na agenda da bancada ruralista, uma série de outras providências contra os índios. Como a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Fundação Nacional do Índio (Funai). E a aplicação da Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral de União (AGU), atualmente suspensa e que restringe vários dos direitos indígenas.

Outra manobra dos parlamentares ruralistas é a aprovação do Projeto de Lei (PL) 7.735/2014, que regula o acesso aos recursos genéticos associados à biodiversidade. A votação do projeto foi marcada para a próxima segunda (9).

Os índios entendem que o desarquivamento da PEC 215 é um ato de guerra contra eles. A PEC 215 transfere a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil para o Congresso Nacional. Abre ainda prerrogativa para que os processos de demarcação já finalizados sejam revistos. E é uma ameaça também para territórios quilombolas e unidades de conservação.

No Espírito Santo, a PEC 215 ameaça a existência dos territórios indígenas demarcados das etnias Guarani e Tupinikim, em Aracruz (norte do Estado).

Os índios, após décadas de luta, conseguiram retomar da Aracruz Celulose (Fibria) 18.027 hectares, de um total usurpado de 40 mil hectares dos índios. A terra retomada está degradada pela exploração intensiva com plantios de eucalipto. Agora, com o desarquivamento da PEC 215, os índios poderão perder tudo o que reconquistaram.

Também os quilombolas, que lutam por retomar suas terras no Espírito Santo, principalmente no antigo território de Sapê do Norte, hoje municípios de Conceição da Barra e São Mateus, vão ser prejudicados com a PEC 215. Os descendentes dos escravos negros também perderam suas terras para a Aracruz Celulose (Fibria) e para fazendeiros e lutam para retomá-las.



Organizações indígenas inadimplentes vão receber apoio da Seind para se regularizar
SÍTIO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 05.02.2015

Vinte e oito organizações indígenas do Estado que estão inadimplentes junto ao Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) receberão apoio do Governo do Amazonas para se regularizar. A parceria foi firmada nesta semana, em Brasília, entre a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A dívida das entidades chega a R\$ 2 milhões e foi motivada pela não prestação de contas dos valores recebidos, além da não entrega de relatórios das atividades realizadas, durante o período de execução das ações.

O PDPI começou em 2000 e é fruto de um longo processo de discussão conjunta entre o governo brasileiro, o movimento indígena organizado da Amazônia, parceiros e instituições financiadoras internacionais, entre as quais o banco alemão KfW.

As organizações têm até o fim de março para efetivar a regularização junto ao MMA. Nos próximos dias, a Seind começa a encaminhar os ofícios para que possam se manifestar sobre o assunto.

"Vamos ajudar na elaboração das prestações de contas e no envio delas ao ministério, mas, para isso, precisaremos ir ao encontro dos coordenadores para efetuar os procedimentos", informou o chefe do Departamento de Etnodesenvolvimento da Seind (Detno/Seind), Zuza Cavalcante, do povo Mayoruna.

Além de perder o acesso a outros recursos, quem não se regularizar vai ter o nome inserido na dívida ativa da União (pessoas jurídicas) e, conseqüentemente, não terá direito a benefícios sociais.

Aprovados - No Amazonas são 28 projetos aprovados pelo PDPI, dos quais dois foram executados com sucesso. O primeiro refere-se ao manejo de recursos pesqueiro na terra indígena Espírito Santo, no município de Jutai (a 750 quilômetros de Manaus). O outro é o projeto de fortalecimento do Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (Copiju).

Pendentes - Entre os projetos pendentes está o da Cooperativa Agropecuária da comunidade Indígena Betânia, localizada em Santo Antônio do Içá (a 888 quilômetros de Manaus), e o da Organização Indígena Mura, nos municípios Borba e Novo Aripuanã (a 225 quilômetros de Manaus).



Jogos Mundiais Indígenas em Palmas são destaque na BBC de Londres

SÍTIO JORNAL OPÇÃO, 05.02.2015

Primeira edição mundial da competição será realizada em setembro deste ano. Evento contará com participação de 22 etnias, 30 países e 2.200 atletas

A primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas foi destaque no canal BBC de Londres, na Inglaterra. A TV possui um programa chamado "The travel show", e no episódio do último dia 16, que falava sobre as maiores tendências de viagens e locais mais interessantes para se visitar em 2015, a competição, que será realizada em Palmas, no Tocantins, foi citada.

A capital mais nova do País, com apenas 25 anos, foi escolhida para sediar os jogos em abril do ano passado. A competição terá início no dia 18 de setembro deste ano. Foi confirmada a participação de 22 etnias, 30 países, sendo que cada país e etnia brasileira poderão inscrever para o evento um número de até 50 participantes, totalizando 2.200 atletas.

As modalidades de disputa são: tiro com arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida de velocidade rústica (100 m), canoagem rústica tradicional, corrida de tora, lutas corporais, xikunahati, futebol de campo, atletismo e natação (travessia).

O prefeito de Palmas, Carlos Amastha, esteve envolvido no processo de candidatura desde agosto de 2013, comparecendo aos jogos nacionais e mantendo contato com o Ministério dos Esportes. Amastha comentou nesta quinta-feira na página do seu perfil Twitter o programa da BBC. "Obrigado Deus. Sempre sonheiro alto para Palmas. Nunca pensei que colocaríamos no TOP15 do mundo na mais famosa rede do planeta. BBC de Londres", publicou.

O Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) avaliou que a capital apresentou o melhor projeto técnico. Serão oferecidos na capital aldeia para alojamento das etnias brasileiras, refeitório, oca digital, praça de alimentação com comidas típicas, campo de beisebol, raia olímpica, grande arena, museu do índio e feira de artesanato. Conforme informações do governo estadual, o Estado do Tocantins possui cerca de 10 mil indígenas.



Justiça Federal arquiva ação da Famasul contra procurador do MPF
SÍTIO CAPITAL NEWS, 05.02.2015

A Justiça Federal De Dourados extinguiu sem julgamento de mérito, a ação judicial em que a Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul) pedia a condenação do procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida por abuso por expedir recomendações, em 2010, para que instituições financeiras não concedessem empréstimos para projetos em terras indígenas demarcadas no Mato Grosso do Sul.

De acordo com a decisão, "trata-se de garantir que (o procurador) poderá atuar sem ter receio de ser acionado por seus atos de ofício". Para a Justiça, "é função institucional do Ministério Público Federal atuar na defesa dos direitos e interesses das populações indígenas". Em virtude disso, o processo foi extinto em relação ao procurador, mas segue tramitando no que diz respeito à União.

Em 2011, a Justiça negou o pedido da Famasul para impedir que o MPF expedisse a recomendação. A Famasul, então, ingressou com um Procedimento de Controle Administrativo no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), também solicitando a suspensão da recomendação. No ano passado, o CNMP decidiu pelo arquivamento do procedimento.

A recomendação

Em outubro do 2010 o MPF/MS expediu a Recomendação nº 09/2010 aos Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil e Itaú para impedir que financiamentos públicos sejam garantidos para áreas reconhecidas como de tradicional ocupação indígena.

De acordo com a Constituição Federal, as áreas oficialmente reconhecidas pelo governo federal como território indígenas (ou que estejam em trâmite judicial) não poderiam servir de garantia para o débito.

O documento lista 39 áreas indígenas reconhecidas pelo governo federal. A negativa para financiamento nestas áreas visa prevenir o poder público de possíveis prejuízos assim que as terras sejam reconhecidas como indígenas. Estas áreas apresentam demandas judiciais que podem acarretar a perda da propriedade e a consequente perda de todos os recursos públicos neles investidos.

Fonte: Luana Rodrigues - Capital News



Donativos são entregues à comunidade indígena

SÍTIO TAMOIOS NEWS, 05.02.2015

Índios da Reserva Indígena Guarani do Rio Silveira recebem roupas, calçados e alimentos

Uma visita social à Reserva Indígena Guarani do Rio Silveira, em Boracéia, São Sebastião, aconteceu na manhã desta quarta-feira, 4, para entrega de Donativos aos Caciques Adolfo Timótio e Vice-Cacique Mauro.

Foram entregues 110 sacos de roupas e calçados, 38 pacotes de farelo multimistura e 20 cestas básicas.

Para Vanda Lopes, chefe de Divisão Administrativa do Fundo Social, foi gratificante ajudar ao próximo. "Conhecer e vivenciar uma cultura diferente é sempre um aprendizado", disse. "Sozinhos nós não somos nada; a solidariedade é tudo. Isso deveria ser óbvio, mas normalmente fica escondido na névoa da rotina", acrescentou. "Ações como esta nos ajudam a mudar um pouco do que somos quando voltamos para a correria do cotidiano, pois ética, trabalho e solidariedade independem de crença", observou.

"Ficamos muito felizes com a receptividade que tivemos. Acredito que a entrega desta doação ajudará muito no dia-a-dia de toda a aldeia", comentou. "A cultura indígena é de grande importância para a comunidade como um todo por conta de sua vasta riqueza", comentou Roseli Trevisan Primazzi, secretária do Trabalho e Desenvolvimento Humano e presidente do Fundo Social de Solidariedade do município.

A assistente social Maria Inês, também acompanhou a visita. Durante o encontro, a profissional conversou com o cacique Mauro e ouviu também algumas sugestões e reivindicações da comunidade.



Câmara - Perdão de dívidas e participação de comunidades tradicionais são polêmicas
SÍTIO ADMINISTRADORES.COM, 05.02.2015

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) disse que poderá haver destaque para alterar pontos relacionados à renegociação de multas. "Eu tenho dúvidas sobre os artigos que tratam dos passivos. Nós vamos votar a favor do texto, mas deve haver destaques", disse

Para tentar incentivar a pesquisa com biodiversidade no País, o projeto do Executivo (PL 7735/14) renegocia as punições aplicadas pela legislação em vigor. Multas e outras sanções serão renegociadas e até perdoadas, proposta que deve causar polêmica em Plenário.

Entre as divergências está a possibilidade de anistia às multas dadas a empresas que infringiram regras para pesquisa antes de 2000. Pesquisadores que, por exemplo, não pagaram royalties antes do início da exploração, como previa o regramento.

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) disse que poderá haver destaque para alterar pontos relacionados à renegociação de multas. "Eu tenho dúvidas sobre os artigos que tratam dos passivos. Nós vamos votar a favor do texto, mas deve haver destaques", disse.

O relator do projeto, deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), mudou o texto para retirar a possibilidade de reaplicação de multas suspensas caso o empresário não cumpra as condições do termo de compromisso entre empresas e governo.

Conselho de gestão

Alceu Moreira também inovou em seu relatório ao detalhar a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen), órgão que coordena as políticas para pesquisa com biodiversidade, e criar uma cota para a participação governamental. O governo terá participação máxima de 60% do conselho; e a sociedade civil, os 40% restantes. Atualmente, o conselho é majoritariamente governamental.

Mesmo assim, a proposta não agradou a todos. O deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA) disse que as populações indígenas não estão bem representadas. "Nenhuma comunidade indígena foi chamada a debater o projeto. Cria-se um conselho com participação minoritária das comunidades tradicionais", reclamou.

A mesma reclamação foi feita pelo deputado Ivan Valente (Psol-SP). "Quem foi muito contemplado neste texto foi o agronegócio e a indústria. Quem não foi ouvido foram as comunidades tradicionais, ou seja, os que serão atingidos por essa proposta – aqueles que têm o conhecimento e não vão ganhar nada", criticou. Ele pediu mais tempo para o debate e condenou qualquer tentativa de votar o projeto "a toque de caixa".



Aldeia indígena recebe médico cubano do Programa Mais Médicos e pela primeira vez tem atendimento exclusivo e em tempo integral

SÍTIO JORNAL DIA A DIA, 05.02.2015

A aldeia tupiniquim Irajá fica localizada a 12 km do centro do município de Aracruz, ao norte do Espírito Santo. Cortada pelo rio Piraquê-açu, que quer dizer “peixe grande” na língua tupi, a aldeia é formada por pouco mais de 560 pessoas que lutam pela sobrevivência do seu povo.

Apesar da palavra ser comumente usada como sinônimo de “nacional”, com um apelo pejorativo (“cinema tupiniquim”, “política tupiniquim”), o verdadeiro povo tupiniquim é um dos mais desconhecidos do Brasil. Na aldeia Irajá, os indígenas vivem basicamente da pesca do caranguejo e de outros crustáceos, além da venda de artesanato e do trabalho no setor de serviços no centro de Aracruz.

Aos 52 anos, Edneia Joaquim está no segundo mandato como cacique da aldeia. Desconfiada com a presença de estranhos, não quis gravar entrevista, porque quando ela diz uma coisa, “o jornalista escreve outra”. Mas concordou em posar para fotos com a tia Francisca dos Anjos.

Quem falou pela comunidade, com a anuência da cacique, foi o jovem Bruno Joaquim Siqueira, Presidente do Conselho de Saúde da aldeia. Bruno contou que é a primeira vez que Irajá conta com um médico fixo, atendendo de segunda a sexta, e exclusivo para comunidade. “É uma reivindicação antiga da gente, porque antes só tinha médico de vez em quando, às vezes era difícil conseguir ir até o polo ter atendimento ou esperar pela vinda do médico até aqui. Então isso para nós é uma vitória”.

No passado, os índios tupiniquins falavam a língua tupi litorânea, da família Tupi-Guarani, mas aos poucos deixaram de empregá-la porque eram ameaçados, e pararam de ensiná-la aos mais jovens. Hoje os tupiniquins na aldeia Irajá falam apenas português, e há uma professora na escola local, Janaina Yakuman, iniciando um trabalho de resgate do idioma ancestral.

A discrepância entre a realidade e o imaginário coletivo surpreendeu José Antônio Fuentes Cabrera, médico cubano do Programa Mais Médicos destacado para atender a Irajá. “Me chamaram para integrar o programa humanitário no Brasil e eu aceitei, inclusive para trabalhar com comunidades indígenas. Mas eu achava que ia para o Amazonas e imaginava pessoas com arco e flecha, achava que ia encontrar outra coisa”, conta ele.

Na aldeia Irajá, as vestimentas típicas e os cocares, colares, adereços e pinturas são guardados e utilizados apenas em ocasiões muito especiais. Mas as referências da cultura indígena estão por todos os lados – desde a grande cabana no centro da aldeia, onde acontecem todas as reuniões comunitárias e eventos importantes, passando pelas redes nas casas humildes e pelo artesanato com penas e cores vendido na beira da estrada.

CONT.



Além do curso de adaptação e capacitação que todos os médicos do Programa Mais Médicos fazem ao chegar ao Brasil, José Antonio fez um curso especial sobre cultura e saúde indígena antes de ser direcionado à aldeia. "A comunidade queria um médico, independentemente de ser cubano, brasileiro, o que fosse. A integração não é fácil, porque tem a língua dele e os costumes da aldeia. Mas ele é muito atencioso, muito paciente e prestativo. Nós estamos nos adaptando, ele a nós e nós a ele. E temos certeza de que essa parceria vai dar certo", diz Bruno.

Saúde Indígena deve levar em conta a tradição e a cultura de cada povo

Ana Cristina Gennari Bernardes é Referência Técnica da Saúde Indígena de Aracruz, e trabalha no Polo Base Caieiras Velha I, a Unidade de atenção à Saúde Indígena responsável por Irajá e por mais quatro aldeias na região.

Ela conta que hoje há dois médicos do Programa Mais Médicos na área do Polo: além de José Antonio, outro médico cubano foi destacado para atender exclusivamente a aldeia vizinha de Comboios. "Eu acho que o mais importante é que eles são médicos de saúde da família. Eles envolvem a equipe, perguntam opiniões, tratam o paciente como um todo, desde a saúde física até a social e isso é muito importante ao atender comunidades indígenas. O médico precisa levar em conta a cultura do povo, se não as coisas não funcionam", afirma.

Com o objetivo de atender as demandas de saúde das comunidades indígenas, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) possuem Polos Base para o atendimento desta população. Os polos são a primeira referência para as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) que atuam nas aldeias. Cada Polo Base cobre um conjunto de aldeias. No Brasil, os 34 DSEIs abrigam 351 Polos Base. Existem dois tipos, que são classificados de acordo com a complexidade de ações que executa.

O Polo Base Tipo I, que é o caso de Caieiras Velha, caracteriza-se por sua localização em terras indígenas. Esse tipo de estabelecimento realiza as seguintes atividades: armazenamento de medicamentos; armazenamento de material de deslocamento para outras áreas indígenas; comunicação via rádio; investigação epidemiológica; informações de doenças; elaboração de relatórios de campo e sistema de informação; coleta, análise e sistematização de dados; planejamento das ações das equipes multidisciplinares na área de abrangência; organização do processo de vacinação na área de abrangência; administração; capacitação, reciclagem e supervisão dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e auxiliares de enfermagem; coleta de material para exame; esterilização; imunizações e atenção à saúde indígena em geral¹.

Segundo a OPAS/OMS, 294 médicos cubanos do Programa Mais Médicos atuam em comunidades indígenas. De acordo com o Ministério da Saúde, o programa levou médicos para todos os 34 distritos indígenas do país².

Série Mais Médicos – Vídeo

A OPAS/OMS no Brasil estruturou uma série de reportagens sobre o Programa de Cooperação Técnica Mais Médicos. A cada edição, será apresentado um vídeo mostrando a experiência do programa em algumas regiões do país.

CONT.



O objetivo dos vídeos é refletir, em linhas gerais, o andamento da cooperação, desde a chegada dos médicos cubanos, o processo de formação, a integração com outros profissionais, a percepção da população, os resultados obtidos, os avanços, os processos de inovação e a troca de experiências.

Neste décimo quarto episódio, Aldeia Irajá – ES, o vídeo mostra o depoimento do presidente do conselho de saúde da aldeia, a avaliação do médico cubano em exercício e a análise da técnica de saúde indígena do município de Aracruz

Polo Base Caieiras Velha I

O Polo Base de Caieiras Velha I (CNES 2770180)³, atende às aldeias tupiniquins Irajá, Pau-Brasil, Comboios e Caieiras Velha e à aldeia guarani Boa Esperança, no município de Aracruz – ES.

Presta atendimento ambulatorial e demanda espontânea, além de realizar visitas domiciliares. Funciona de segunda a sexta. Com a chegada do Programa Mais Médicos, algumas comunidades, como é o caso da aldeia Irajá, contam com um médico exclusivo, que atende somente a população da aldeia determinada, sob a supervisão do Polo Base.

O Programa Mais Médicos

O Mais Médicos é um Programa de saúde lançado em 08 de julho de 2013 pelo Governo Federal, cujo objetivo é suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil.

Médicos brasileiros tiveram prioridade em preencher as vagas do programa. As vagas remanescentes foram oferecidas primeiramente a brasileiros formados em universidades no exterior e em seguida a médicos estrangeiros, que trabalham sob uma autorização temporária para praticar Medicina, limitada à provisão de atenção básica de saúde e restrita às regiões onde serão direcionados pelo Programa.

A OPAS/OMS no Brasil e o Ministério de Saúde assinaram um Termo de Cooperação para colaborar na expansão do acesso da população brasileira à atenção básica de saúde. O termo inclui diversas linhas de ação, desde documentar, disseminar informação a prover aconselhamento técnico e apoio à capacitação e treinamento continuado aos médicos selecionados, seguindo as recomendações do Código Global de Práticas em Recrutamento Internacional de Pessoal de Saúde da OMS. A OPAS/OMS também assinou um Acordo de Cooperação de natureza similar com o Ministério de Saúde Pública de Cuba.

Os médicos cubanos vão trabalhar nos municípios que não foram selecionados por nenhum médico (brasileiros ou estrangeiros) nas primeiras rodadas de recrutamento. A maioria destes municípios tem 20% ou mais da população vivendo em extrema pobreza, a maioria está nas regiões Norte e Nordeste do país. Todos os médicos fazem um treinamento de 3 semanas de duração, uma semana de acolhimento nos estados aos quais serão destinados e um módulo de avaliação.



UNE hostiliza um dos mais importantes líderes quilombolas do Brasil, na 9ª Bienal.
SÍTIO CADA MINUTO, 05.02.2015

Nelsinho Moralle, um dos mais importantes líderes quilombolas do Brasil foi hostilizado pelos dirigentes da União dos Estudantes Universitários-UNE durante a 9ª Bienal da União dos Estudantes Universitários, que aconteceu de 01 a 06 de fevereiro, nos Arcos da LAPA, Rio de Janeiro.

Tema da Bienal da UNE ? As vozes do Brasil se encontram no Rio.

Com a palavra Nelsinho:

NOTA DE REPUDIO PARA COM A DIREÇÃO DA UNE E ORGANIZADORES DA 9ª BIENAL CULTURAL DA ENTIDADE QUE ESTA SENDO REALIZADA NO RIO DE JANEIRO

Nelsinho Quilombola Moralle é uma liderança nacional quilombola, nascido no Quilombo Do Carmo São Roque SP, cantor compositor, musico, arranjador, autor de trilhas sonoras para cinema e teatro, ator e diretor de cinema e teatro e hoje estudante de graduação em Direito na UFRJ.

Ao ler o edital da 9ª Bienal de UNE Nelsinho se inscreveu para a mostra de musica onde os organizadores alertavam e lamentavam não poder ofertar cachê aos selecionados visto que a entidade tinha PARCOS recursos para organizar o evento. e a organização pedia a colaboração dos artistas.

Porém quando saiu a programação oficial nomes conhecidos do mercado musical foram contratados para shows e com o direito de exercer nossa cidadania fomos buscar informações e tivemos acesso que os cachês dos artistas variavam entre R\$ 80,000,00 o mais barato e R\$ 200.000,00 o de maior valor.

Na véspera da apresentação de Nelsinho Moralle questionamos a dinâmica SOCIALISTA dos valores contraditórios entre o NADA ofertado aos selecionados para a mostra e os CACHÊS astronômicos ofertados a ARLINDO CRUZ, PITY, ALCEU VALENÇA, CIDADE NEGRA E CRIOLO e a resposta da UNE foi "OS ARTISTAS CONTRATADOS TEM VALOR DE MERCADO E OS SELECIONADOS TEM APENAS VALOR ARTÍSTICO, portanto não há interesse da entidade pagar cachê.

Nelsinho em respeito a seu público não hesitou e comparecer e REALIZAR seu show inclusive com convidados, pagando as despesas com seus próprios recursos. No final de show Nelsinho Moralle agradeceu a presença de seu público e fez uma crítica CONSTRUTIVA e solicitou a direção da UNE que reservasse um percentual de recursos para ofertar a músicos que não tenham o TAL VALOR DE MERCADO a título de incentivo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

Ao sair do palco foi abordado por alguns dos diretores da UNE que disseram que não gostaram de sua fala, dizendo que quem dá as diretrizes da organização é própria direção da UNE e que não comungam com PALPITEIROS.

Nelsinho lamentou a posição da UNE, mas deixou claro sua indignação. Ao se dirigir ao camarim do palco principal junto com seu técnico de som Thiago Rosa, onde pretendia dar um abraço em Alceu Valença Nelsinho Moralle foi abordado por seguranças que veio tira-lo do espaço e quando ele disse que tinha credencial para permanecer no espaço alguns dos diretores da UNE presentes disseram 'TIREM ELES DAQUI NEM QUE SEJA PRECISO USAR DE REFORÇO POLICIAL! Isso mesmo A UNE PEDINDO REFORÇO POLICIAL enfim Nelsinho Moralle e Thiago Rosa saíram, pois não queriam confusão, mas fica o nosso repúdio a esse episódio LAMENTÁVEL PROTAGONIZADO PELA DIREÇÃO ATUAL DA UNE.

Assinam a nota

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DO CARMO
FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS
VIA CAMPESINA FRANCESA
PARTIDO VERDE FRANCÊS
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES MUÇULMANAS DO BRASIL
WALESKA VITAL - REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS

Fonte: <https://www.facebook.com/criolo.oficial/posts/386391634874454>



Vice-governador de RR considera 'circo' audiência sobre terra indígena

SÍTIO GLOBO.COM, 06.02.2015

Audiência debateu ocupação do município de Pacaraima em terra indígena. Vice-governador, Paulo Quartiero, disse que Justiça quer atropelar o STF.



Audiência reuniu índios e autoridades em Pacaraima
(Foto: Reprodução/TV Roraima)

O Ministério Público Federal e a Justiça Federal fizeram nesta quinta-feira (5) uma audiência pública no município de Pacaraima, na região Norte de Roraima, fronteira com a Venezuela. O propósito do encontro foi discutir as ações judiciais em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) e versam sobre a ocupação da cidade dentro da Terra Indígena de São Marcos. O vice-governador de Roraima, Paulo César Quartiero (DEM), considerou um 'circo' o debate.

Alguns índios reclamam exclusividade da área para os povos Wapichana, Macuxi e Taurepang. A audiência pública foi necessária devido aos 54 processos judiciais que transitam na Justiça há dez anos e discorrem sobre a suposta apropriação da Terra Indígena São Marcos pelo município de Pacaraima.

Cada ação judicial, que foi protocolada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e tramita no STF, remete a 54 moradores da cidade. O processo questiona a legalidade da ocupação. Participaram da reunião índios, não-índios, autoridades da cidade e do estado.

De acordo com a juíza federal Clara Santos Pimenta, o objetivo da audiência é levar a Justiça à comunidade indígena. "O intuito é conhecer o problema extremamente complexo em que vive Pacaraima, em relação a 54 processos judiciais que tramitam na 2ª Vara Federal. A nossa ação é preliminar, conciliatória e de aproximação", esclareceu.

'Foi um circo', diz vice

Para Quartiero, a audiência foi um 'circo e não serviu para nada'. "Esse processo já está tramitando no STF. Querem criar um 'justiça paralela' em Roraima para decidir a desocupação de Pacaraima, que é inadmissível. Eu disse aos representantes da Justiça Federal que deviam

CONT.



aguardar a decisão do Supremo e não atropelar ou adiantar o entendimento da Corte", analisou Quartiero.

O democrata disse ainda que ficou descontente com os representantes da Justiça Federal que, durante a audiência pública, não convidaram as autoridades de Pacaraima e do estado para sentar à mesa onde estavam.

"Não fiquei satisfeito com essa atitude. Além disso, o CIR [Conselho Indígena de Roraima] recebeu mais atenção do que as outras entidades indígenas, que não têm apoio da Funai. A juíza 'confraternizou' apenas com o CIR, que deseja a retirada de Pacaraima da Terra. Ela deveria ser mais imparcial", afirmou, acrescentando que a audiência serviu para intimidar a população de Pacaraima.

"A proposta é viabilizar a desocupação do município. Mas o STF dará ganho de causa para os moradores da cidade. Essa audiência foi uma infelicidade", enfatizou.

O prefeito de Pacaraima, Altemir Campos (PSDB), disse que fez um 'pequeno discurso' na audiência pública e comentou sobre a dificuldade em fazer melhorias no município.

"Expus aos participantes do encontro o número de obras que já perdemos porque a Funai não libera o licenciamento para trabalharmos. Deixamos de construir o campo de futebol, a rodoviária para táxi, o aterro sanitário, e outras estruturas benéficas para a população. A Funai não nos deixa construir", assegurou.

Opiniões contrárias

Lideranças indígenas da região de São Marcos querem a saída dos não-índios que ocuparam a terra demarcada. "É uma área homologada e reconhecida. Estamos batalhando para os não-índios saírem da nossa terra", declarou Alzemiro Tavares, da Associação dos Povos Indígenas da Terra de São Marcos.

Diversas etnias que moram em Pacaraima e próximo à cidade são a favor da permanência dos não-índios. "Quero que nosso município permaneça onde está. Daqui, tiramos o nosso sustento. Eu, como 'pessoa civilizada', dependo de Pacaraima. Tenho minha oficina, assim como outros moradores têm seus comércios", argumentou o mecânico Rui Ramiro.

Segundo o empresário João Cléber, não há motivos para retirar os moradores 'brancos' de Pacaraima. "Vivemos em plena harmonia com os indígenas. Eles precisam da gente e nós deles. Aqui é uma fronteira da paz", pontuou.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

Curso de Extensão sobre a questão indígena será realizado

SÍTIO JORNAL O IGUASSU, 06.02.2015

Nos dias 14 e 28 de fevereiro de 2015 será realizado no Colégio Estadual Pedro Araújo Neto (CEPAN) do município, o Curso de Extensão "A Lei 11645/08 e a questão indígena na sala de aula". O curso será ministrado pelo professor Lúcio Ambrosio Hupalo e terá certificação de 20 horas fornecida pelo Laboratório de Aprendizagem Histórica (LAPHIS), da Unespar/Fafiuv.

Dentre as temáticas a serem discutidas estão a Lei 11645/08 e a questão indígena; A diversidade cultural indígena brasileira, os povos indígenas no Paraná, a presença indígena em General Carneiro, a contribuição indígena à sociedade brasileira e a situação da população indígena nos dias atuais.

Interessados em participar devem enviar nome completo, número de RG e de telefone para o e-mail luciodois@gmail.com. O valor da inscrição é R\$30,00 (trinta Reais) e deverá ser pago diretamente ao professor Lúcio no dia 14 de fevereiro no local do curso, que tem vagas limitadas.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

Nova Laranjeiras - Professores da aldeia indígena Rio das Cobras não conseguem fazer a redistribuição de aulas
SÍTIO PORTAL CANTU, 06.02.2015

A situação dos professores da aldeia indígena Rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, ainda continua indefinida.

Na tarde desta quinta, dia 05, era pra ser feito uma nova redistribuição de aulas para os professores que já tinham a carta de anuência, mas isto não aconteceu.

A liderança da aldeia entrou em consenso com todos os professores e dividiram as aulas antes da distribuição, para que nenhum professor ficasse sem aulas, porém, a Secretaria Estadual de Educação estipulou que nenhum professor poderia pegar menos de 40 horas, com isso, cerca de 30% dos professores ficariam sem aula.

Por entender que estavam perdendo a autonomia dentro da aldeia, a liderança da aldeia decidiu por cancelar a distribuição até entrarem em um acordo, tendo em vista que não querem que nenhum professor fique desempregado. Com uma conversa no núcleo de educação, a liderança conseguiu que os pedagogos, regentes e professores da língua Kaingang permaneçam com suas aulas. Amanhã às 15h está marcada uma nova redistribuição de aulas para os professores de disciplinas no Colégio Rio das Cobras.

Por Adilson Nogueira



Jogos Mundiais Indígenas e Festival Gastronômico são discutidos durante encontros em Brasília

SÍTIO SURGIU, 06.02.2015

Durante encontro nesta quarta-feira, 04, o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, discutiu com o ministro do Turismo, Vinícius Lages, apoio do Governo Federal para eventos importantes que acontecerão este ano na Capital, como os Jogos Mundiais Indígenas (JMI 2015) e o Festival Gastronômico de Taquaruçu. O encontro contou com a participação do presidente da Agência de Turismo (Agtur), Cristiano Rodrigues, do secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Marcílio Ávila e de equipe do ministério.

Para os Jogos Mundiais Indígenas, o gestor pleiteou apoio para a confecção de material de divulgação trilingue e estrutura para atendimento à demanda turística, com a viabilização do Cento de Atendimento ao Turista Móvel, que trata-se de uma van adaptada para realizar atendimentos em eventos de forma descentralizada.

De acordo com prefeito Carlos Amastha, durante o encontro ainda foi apresentado à equipe do ministério o Festival Gastronômico de Taquaruçu. "Apresentamos os resultados e pleiteamos recursos para a edição deste ano. O Ministro demonstrou interesse e entende que a gastronomia é uma das formas de divulgar os atrativos do País", afirmou.

O prefeito também participou de reunião do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), ocasião na qual apresentou os Jogos Mundiais Indígenas que acontecem este ano em Palmas.

Embratur

Amastha ainda se reuniu com o presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Vicente Neto. No encontro, foi discutida a estratégia de divulgação dos Jogos Mundiais Indígenas em feiras internacionais que acontecem no primeiro semestre deste ano.

"A equipe da Embratur virá a Palmas em março para definição da divulgação. Um dos avanços definidos é que o stand do Brasil na feira IBt Berlim, que acontece em março, terá um espaço dedicado aos jogos", ressaltou Amastha.



Julgamento de índios que mataram policiais de Dourados será em SP

SÍTIO DOURADOS AGORA, 06.02.2015

A medida foi baseado em laudo de antropólogo da Justiça e tem como alegação que a população sul-mato-grossense, segundo os autos, presume-se impregnada de preconceitos por conta das disputas travadas entre fazendeiros e indígenas, o que poderia prejudicar o julgamento dos acusados

Os advogados Maurício Rasslam e Diego Neno Rosa Marcondes, reuniram a imprensa esta manhã, em Dourados, para denunciar que foi transferido para São Paulo o julgamento dos indígenas acusados de matar dois policiais civis de Dourados e tentar matar um terceiro. O homicídio duplamente qualificado e tentativa de homicídio qualificado aconteceram no dia 1 de abril de 2006 em Porto Cambira, próximo ao Distrito Industrial de Dourados.

Rasslam, Marcondes e o sobrevivente - policial aposentado após a tragédia, Emerson Gadani - falaram ao jornal Douradosagora e demais órgãos de imprensa, em entrevista coletiva no escritório de advocacia no centro de Dourados.

Segundo Maurício Rasslam, a medida gera decepção aos familiares das vítimas - Rodrigo Lorenzato, Ronilson Bartie. e Emerson Gadani (sobrevivente) e à população de Dourados que, segundo ele, é quem deveria julgar - no caso em Tribunal do Juri.

A medida adotada pelo Ministério Público Federal, conforme afirma o advogado Maurício Rasslam, foi baseado em laudo de antropólogo da Justiça e tem como alegação que a população sul-mato-grossense, segundo os autos, presume-se impregnada de preconceitos por conta das disputas travadas entre fazendeiros e indígenas, o que poderia prejudicar o julgamento dos acusados.

Rasslam e Marcondes disseram, durante a entrevista coletiva, que o objetivo é cobrar Justiça. Os advogados de acusação, que contam com procurações das familiares das vítimas, consideram que os julgamentos deveriam ocorrer em Mato Grosso do Sul, não em SP. "A população pede justiça e o juiz natural, neste caso, é Dourados", diz Rasslam.

Conforme o advogado, o processo já havia sido tirado da primeira Vara Estadual e levado para a Justiça Federal, que agora é competente para julgar. No entanto, conforme alega Rasslam, não se trata de crime relativo a disputa de terra, mas sim de homicídios qualificados e tentativa de homicídio qualificado.

"A gente fica fora do julgamento mas vai ficar com o problema, com a tutela destes índios, inclusive em relação à criminalidade nas reservas de Dourados. A Justiça deve ser igualitária", enfatiza Maurício Rasslam.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

O policial Emerson Gadani, que acompanhou toda entrevista, disse que há quase nove anos vem tentando se recuperar do trauma decorrente da tragédia que abateu a vida de dois colegas em serviço e quase tirou a vida dele próprio. "Com todas as provas, todo relato concretizado é inadmissível que não haja sequer respeito para com os que já se foram e quem ficou", desabafa, emocionado, Gadani.



Alistamento eleitoral: Índios não precisam mais de alistamento militar para terem direito ao voto

SÍTIO JORNAL ELETRÔNICO O RONDONIENSE, 06.02.2015

A Justiça Eleitoral de Rondônia julgou procedente o pedido feito pela Procuradoria Eleitoral no sentido de revogar o item 24.29 do Provimento da Corregedoria n. 02/2007 que obriga índios integrados à sociedade de apresentar certidão de quitação de serviço militar para fins de alistamento eleitoral.

Ação do MPF/RO, impetrada em fevereiro de 2014, é da lavra do procurador federal Reginaldo Trindade que listou uma série de entendimentos, previstos inclusive no Estatuto do Índio, sobre o caso que desobriga os silvícolas a se enquadrarem naquele item regulamentar estabelecido pela Côrte Eleitoral.

O TRE-RO, ao julgar a representação entendeu que o item 24.29 da Corregedoria Eleitoral restringe o exercício da cidadania aos indígenas, estabelecendo inclusive distinção entre eles, além de reconhecer que os silvícolas possuem direito organização social e preservação de seus costumes, crenças e tradições.

CONFIRA O ACÓRDÃO

ACÓRDÃO N. 359/2014

REPRESENTAÇÃO N. 30-29.2014.6.22.0000 – CLASSE 42 – PORTO VELHO – RONDÔNIA

Representante: Ministério Público Eleitoral

Representação. Provimento corregedoria regional eleitoral. Alistamento eleitoral. Índios integrados. Exigência de comprovante quitação do serviço militar. Restrição ao exercício da cidadania. Direito a organização social e preservação de seus costumes. Crenças e tradição. Revogação.

I – Vincular o direito ao alistamento eleitoral à apresentação de certificado de quitação do serviço militar, impondo obrigação estranha às tradições e cultura atinentes aos indivíduos pertencentes às comunidades indígenas, implicaria em grave restrição ao exercício da cidadania pelos índios.

II – Superada a questão de classificação dos índios quanto ao seu grau de integração à sociedade, como justificativa para deixar de se reconhecer os direitos e a capacidade dos povos indígenas em participar do processo eleitoral, deve-se resguardar o direito à organização social e à preservação de seus costumes, crenças e tradição, a teor do disposto no art. 231 da Constituição Federal, com o afastamento da exigência de certificado de quitação do serviço militar para o requerimento de alistamento eleitoral dos indígenas.

III – Representação julgada procedente para revogar o item 24.29 do Provimento da Corregedoria n. 02/2007 do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23/2015

Brasília, 06 de fevereiro de 2015.

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos do voto do relator, à unanimidade, em receber a Representação como Petição e, no mérito, por maioria, vencido o relator, nos termos do voto divergente do Juiz Juacy dos Santos Loura Junior, julgar procedente e reconhecer a nulidade do item 24.29 do Provimento n. 02/2007 da Corregedoria Regional Eleitoral, quanto à obrigatoriedade de apresentação de certificado de quitação do serviço militar quando do alistamento de indígenas integrados à sociedade.

Porto Velho, 16 de dezembro de 2014.

Desembargador MOREIRA CHAGAS – Presidente

Juiz JUACY DOS SANTOS LOURA JUNIOR – Relator designado para o acórdão

Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA – Relator (Voto vencido)

GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI CUNHA – Procuradora Regional Eleitoral



Indigenistas querem limpeza étnica em Roraima

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 06.02.2015

Indigenistas do Conselho Indígena de Roraima (CIR) exigem a expulsão das famílias sem etnia indígena do município de Pacaraima, em Roraima. Após tomarem conhecimento da audiência pública convocada pela juíza titular da 2ª Vara da Seção Judiciária de Roraima, Clara Mota, com o objeto de avaliar a pertinência das ações judiciais que visam a expulsão dos agricultores, os indigenistas avisaram que não abrem mão das ações.

Uma comissão de lideranças indígenas foi formada pelo CIR para acompanhar o processo em junto ao Ministério Público Federal (MPF/RR) e a Funai, autores das ações judiciais que pedem a expulsão dos não indígenas. "Nós queremos a continuidade do processo, pedimos pela retirada dos ocupantes ilegais do município e que o nosso direito seja respeitado", diz o indigenista Alzemiro Tavares.

O coordenador geral do CIR, Mario Nicacio, diz que dará apoio àquilo que é de direito dos povos indígenas. "O posicionamento da nossa organização será sempre em favor dos direitos indígenas. Por isso somos contra a permanência dos 50 moradores e favoráveis ao usufruto exclusivo da terra pelos indígenas", disse o coordenador. Um documento elaborado pelas comunidades e organizações indígenas, será entregue à juíza.



Justiça arquiva ação em que a Famasul acusa procurador da república de abuso
SÍTIO DIÁRIO MS, 06.02.2015

A ação judicial em que a Famasul (Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul) pedia condenação do procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida foi extinta sem julgamento de mérito. A Federação acusava o procurador de abuso por expedir Recomendação, em 2010, para que instituições financeiras não concedessem empréstimos para projetos em terras indígenas demarcadas no Mato Grosso do Sul.

A decisão da Justiça Federal de Dourados afirma que “trata-se de garantir que (o procurador) poderá atuar sem ter receio de ser acionado por seus atos de ofício”. Para a Justiça, “é função institucional do Ministério Público Federal atuar na defesa dos direitos e interesses das populações indígenas”. Em virtude disso, o processo foi extinto em relação ao procurador, mas segue tramitando em relação à União.

Ainda em 2011, a Justiça negou o pedido da Famasul para impedir que o MPF expedisse a recomendação. A Famasul, então, ingressou com um Procedimento de Controle Administrativo no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), também solicitando a suspensão da recomendação. No ano passado, o CNMP decidiu pelo arquivamento do procedimento.

A RECOMENDAÇÃO

Em outubro de 2010 o MPF/MS expediu a Recomendação nº 09/2010 aos Bancos Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil e Itaú para impedir que financiamentos públicos sejam garantidos para áreas reconhecidas como de tradicional ocupação indígena.

De acordo com a Constituição Federal, as áreas oficialmente reconhecidas pelo governo federal como território indígenas (ou que estejam em trâmite judicial) não poderiam servir de garantia para o débito.

O documento lista 39 áreas indígenas reconhecidas pelo governo federal. A negativa para financiamento nestas áreas visa prevenir o poder público de possíveis prejuízos assim que as terras sejam reconhecidas como indígenas. Estas áreas apresentam demandas judiciais que podem acarretar a perda da propriedade e a consequente perda de todos os recursos públicos neles investidos.



Após 5 anos foragido, índio suspeito de homicídio é preso no interior do AC

SÍTIO GLOBO.COM, 06.02.2015

Polícia Civil procurava indígena desde 2010.

Condenado por homicídio, homem diz que não sabia que era procurado.

A Polícia Civil do município de Rodrigues Alves (AC) capturou no dia 4 de janeiro o indígena Raimundo Lima Pereira, de 34 anos, foragido desde 2010. Condenado por homicídio em 2009, ele foi preso no Mercado Público de Cruzeiro do Sul (AC).

De acordo com o delegado responsável pelo caso, Lindomar Ventura, o homem chegou a cumprir 6 meses de prisão no presídio Manoel Nery da Silva, mas foi liberado para responder em liberdade. Em 2010, a Justiça expediu um mandado de busca e apreensão contra o índio e, desde então, o homem era considerado foragido.

“Raimundo tinha um mandado de prisão em aberto. O inquérito dele já foi para Justiça e faltava o cumprimento. Ele será encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML) e depois para unidade prisional. O processo continua e agora que ele está preso poderá comparecer às audiências e o processo ser finalizado”, afirma.

O índio alega que não sabia que estava foragido e, segundo ele, durante esse tempo estava residindo na Aldeia Nova Vida II, na comunidade ribeirinha Igarapé Preto, localizada no afluente Paraná dos Mouras no Rio Juruá, onde trabalhava como agente de endemias.

“Eu vim na cidade me tratar de uma dor no peito. Eu não sabia que a polícia estava me procurando, pois, se eu tivesse recebido algum ofício já tinha vindo aqui me apresentar. Na época que eu matei foi para me defender, porque eles começaram a agredir meu irmão em um bar, me defendi e eles começaram a me bater. Corri e eles vieram atrás, eu entrei no quintal da casa da minha irmã e peguei um terçado, foi a única solução, senão eles me matariam”, alega.